



CARTA DE CONTRIBUIÇÃO

Mapa do Caminho da Presidência da COP30 pela Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa

**Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente (CJ BRASIL)
Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)**

CJ-BRASIL / REJUMA | Março de 2026.

Às autoridades competentes,

1. CONTEXTO E POSICIONAMENTO DAS JUVENTUDES

O Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente (CJ BRASIL) e a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) vêm, por meio desta, apresentar sua manifestação acerca do *Mapa do Caminho da Presidência da COP30 pela Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa*, reconhecendo sua relevância estratégica para o futuro climático, social e econômico do Brasil.

As juventudes brasileiras, diretamente impactadas pelos efeitos da crise climática, reafirmam seu compromisso histórico com a construção de um modelo de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável. Nesse sentido, compreendemos que a transição energética não é apenas uma agenda técnica, mas um imperativo ético intergeracional.

Destacamos a partir de nossas ações e movimentos em todo o território nacional a importância de uma transição energética justa orientada por evidências científicas, com governança robusta, metas vinculantes e mecanismos de financiamento alinhados à descarbonização da economia. A Educação Ambiental Crítica constitui um elemento central nesse processo, ao promover consciência crítica, participação social e construção de alternativas baseadas nos saberes dos territórios e das comunidades que enfrentam cotidianamente os impactos da crise climática.

Reiteramos que a continuidade da expansão de combustíveis fósseis representa não apenas um risco climático, mas também uma escolha economicamente ineficiente, com potenciais prejuízos sociais bilionários e risco de ativos encalhados. A insistência nesse modelo compromete o futuro das novas gerações, que já vivenciam os impactos das mudanças do clima em seus territórios, como eventos extremos, insegurança hídrica e desigualdades socioambientais ampliadas. O estudo publicado em 2024 pelo UNICEF aponta que mais de 40 milhões de crianças e adolescentes no



Brasil vivem em áreas expostas aos riscos climáticos, evidenciando a dimensão social e geracional da crise climática.

2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Diante disso, o CJ BRASIL e a REJUMA defendem que o Mapa do Caminho Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de Forma Justa incorpore, de forma estruturante, os seguintes princípios:

1. **Centralidade da justiça climática e intergeracional**, reconhecendo as juventudes enquanto sujeitos, políticos e protagonistas nas construções das soluções;
2. **Participação social qualificada**, com garantia de espaços deliberativos efetivos, incluindo jovens de diferentes territórios e realidades;
3. **Aceleração da descarbonização**, com a interrupção da expansão de novas fronteiras fósseis e redirecionamento de investimentos para energias renováveis;
4. **Promoção de empregos verdes e formação profissional**, assegurando oportunidades dignas para as juventudes na economia de baixo carbono;
5. **Educação ambiental climática e engajamento juvenil**, fortalecendo a consciência crítica e a capacidade de incidência das novas gerações.

3. DESAFIOS E CAMINHOS PARA A SUPERAÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E DO DESMATAMENTO

A superação dos combustíveis fósseis e o enfrentamento do desmatamento são agendas interligadas e fundamentais para limitar as mudanças do clima e garantir justiça climática. A partir da perspectiva das juventudes organizadas nos territórios brasileiros, destacamos alguns elementos centrais para avançar nessas transições.

Entre as principais barreiras estão a dependência econômica de combustíveis fósseis, a manutenção de subsídios e incentivos que favorecem sua exploração, a influência política de setores econômicos vinculados a essas atividades e a insuficiência de financiamento climático para viabilizar alternativas sustentáveis.

Por outro lado, existem importantes alavancas capazes de acelerar essas transições, como o redirecionamento de subsídios fósseis para energias renováveis e soluções baseadas na natureza, o fortalecimento de políticas públicas de combate ao desmatamento, a ampliação do financiamento climático e a valorização de economias territoriais baseadas na sociobiodiversidade e na bioeconomia.

Diversos países e territórios já demonstram que essas transformações são possíveis por meio da expansão de energias renováveis, da redução do desmatamento e do fortalecimento de iniciativas comunitárias de manejo sustentável. Reconhecemos, contudo, que os países possuem diferentes



níveis de dependência de combustíveis fósseis e distintos contextos socioeconômicos e ambientais, o que exige estratégias de transição que respeitem as circunstâncias nacionais, sem comprometer a urgência da ação climática.

4. AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO

4.1 Governança climática e participação das juventudes

Metas:

- Garantir a participação efetiva das juventudes nos espaços de governança climática em nível local, nacional e internacional, com mecanismos permanentes de escuta, consulta e incidência política.
- Instituir instâncias formais de participação juvenil nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas climáticas.
- Fortalecer redes e coletivos juvenis que atuam na agenda socioambiental, assegurando condições para articulação, mobilização e incidência nos territórios.

4.2 Descarbonização e transição energética justa

Metas:

- Encerrar a expansão da exploração de combustíveis fósseis e estabelecer um plano progressivo de eliminação desses recursos, com metas claras de redução de emissões e transição energética justa.
- Garantir que a transição energética considere seus impactos sociais e territoriais, assegurando proteção aos trabalhadores, respeito aos territórios e participação das comunidades nos processos decisórios.

4.3 Trabalho digno e formação profissional

Metas:

- Ampliar programas de formação técnica e profissional voltados à transição energética e à economia de baixo carbono, com foco nas juventudes.
- Garantir políticas públicas que promovam oportunidades de trabalho digno associadas à transição ecológica e ao fortalecimento de economias territoriais sustentáveis.
- Valorizar cadeias produtivas associadas à sociobiodiversidade, à agroecologia e a outras iniciativas sustentáveis que gerem trabalho e renda nos territórios.

4.4 Educação ambiental climática, formação política e engajamento juvenil

Metas:

- Fortalecer processos formativos voltados às juventudes que promovam consciência crítica, participação social e atuação política na agenda climática.
- Incentivar iniciativas de mobilização, comunicação e educomunicação socioambiental com protagonismo juvenil.



- Elaborar e implementar estratégias nacionais de educação ambiental climática, fortalecendo suas dimensões formal e não formal, como parte estruturante das políticas de enfrentamento à crise climática.
- Reconhecer e fortalecer a cultura e a arte como instrumentos de mobilização social, expressão política e construção de alternativas para a transição ecológica, valorizando iniciativas culturais que dialoguem com a justiça climática e os saberes dos territórios.

4.5 Financiamento climático e apoio a iniciativas territoriais

Metas:

- Ampliar o volume de financiamento climático destinado à mitigação, adaptação e à transição energética justa no Brasil, garantindo acesso a iniciativas territoriais, com prioridade para projetos liderados por juventudes, comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil.
- Democratizar o acesso a recursos financeiros para iniciativas territoriais voltadas ao enfrentamento da crise climática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos ainda, que a transição energética justa se apresenta como uma oportunidade histórica singular para reposicionar o Brasil como protagonista global no enfrentamento à crise climática, em consonância com seus compromissos internacionais e seu vasto potencial em energias renováveis. Trata-se não apenas de uma agenda ambiental, mas de um projeto estratégico de desenvolvimento que deve articular inclusão social, justiça territorial, geração de trabalho e renda, inovação tecnológica e fortalecimento da soberania energética nacional, com atenção especial às populações historicamente vulnerabilizadas.

Nesse contexto, as juventudes brasileiras não podem ser relegadas à condição de espectadoras. Somos a geração diretamente impactada pelas decisões do presente e, ao mesmo tempo, portadora de soluções criativas, saberes diversos e capacidade de mobilização social. Por isso, reivindicamos participação qualificada e contínua nos espaços de decisão, acesso à informação, transparência nos processos institucionais e mecanismos efetivos de escuta e incidência. É fundamental que sejam garantidas condições concretas para o engajamento juvenil, incluindo formação, apoio a iniciativas lideradas por jovens e reconhecimento de sua diversidade considerando recortes de raça, gênero, território e classe.

Sob esse viés, é imprescindível que a transição energética seja conduzida com base em princípios de equidade intergeracional, justiça climática e respeito aos direitos humanos, assegurando que seus benefícios sejam amplamente distribuídos e que seus custos não recaiam de forma desproporcional sobre comunidades já vulnerabilizadas. Isso implica fortalecer a governança participativa, integrar políticas públicas e promover soluções territorializadas, construídas em diálogo com as realidades locais. Por fim, colocamo-nos à disposição para contribuir de forma ativa e propositiva com esse processo, seja por meio da incidência política, da produção de conhecimento ou da implementação de iniciativas concretas. Reafirmamos, assim, o protagonismo e o papel



estratégico das juventudes na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas transformadoras, alinhadas às complexidades, urgências e oportunidades do século XXI.

Respeitosamente,

Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente (CJ BRASIL)

Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA)

Articulação Nacional do Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente (ANCJ - BRASIL)